

CPI versus revisão

O destino da revisão constitucional volta a ser discutido hoje, em reunião das lideranças partidárias na Câmara e no Senado. O final da CPI do Orçamento não garantiu o retorno do Congresso à normalidade de seus trabalhos. Sem ela, a revisão, embora já instalada, corre o risco de não acontecer.

Há um propósito, por parte dos adversários da revisão, em manter o Congresso em ritmo de CPI. Desse modo, desvia-se a atenção da mídia e da opinião pública da revisão e esvaziam-se os debates e as votações. Esse é um temor concreto das forças pró-revisão.

Os questionamentos são muitos. O primeiro e mais elementar, formulado pelos adversários da revisão: que fazer com os parlamentares acusados pelo relatório da CPI enquanto não são julgados pela Comissão de Constituição e Justiça e pelos plenários da Câmara e do Senado?

A cassação dos mandatos será precedida de alguns trâmites burocráticos, antes de ser decidida pelos plenários. E a revisão já está em curso. Esta semana começam a ser examinadas as propostas de emenda. O que fazer para impedir que os corruptos do Orçamento participem ativamente da revisão constitucional? Juridicamente, informa o deputado Fernando Lyra, corregedor da Câmara, não há nada a fazer, senão admiti-los no processo, no pleno exercício de seus direitos políticos.

São, por enquanto, apenas acusados, em condições de desfrutar plenamente do mandato. Impedi-los, reconhece o relator Nélson Jobim, seria ignorar a lei. Concretamente, porém, não há como aceitá-los, como se nada houvesse acontecido. A opinião pública os repeliria e ao próprio Congresso como um todo. Ima-

gue-se, por exemplo, a Assembléia Revisora apreciando uma proposta do deputado João Alves, o chefe dos Sete Anões, a respeito, digamos, da elaboração do Orçamento. E improvável que isso aconteça, mas, do ponto de vista legal, nada impede que venha a acontecer. E aí, o que fazer?

Sendo o Congresso uma casa política, sempre haverá uma solução informal para problemas como esse, desde que, claro, haja interesse consensual em encontrá-la. Mas não há. Os parlamentares contrários à revisão — do PT, PDT, PPS, PC do B e PSB — estão, ao contrário, decididos a investir no descrédito do Congresso, de modo a abortar de vez a revisão constitucional. Basta olhar as faixas colocadas do lado de fora do Congresso, por grupos sindicais ligados a partidos de esquerda, com dizeres agressivos à revisão e aos parlamentares. Nessas faixas questiona-se duramente a condição moral de o atual Congresso fazer a revisão.

As facções favoráveis à revisão — a maioria parlamentar — querem que a revisão aconteça à margem do processo de faxina e independente de quantas CPIs venham a se instalar. Encontraram também um bom argumento para a causa: a revisão é o instrumento complementar às punições, na medida em que propicia a correção objetiva de rumos e reprograma politicamente o país.

De fato. O senador Marco Maciel (PFL-PE) argumenta: "Ficar apenas nas punições não resolve os problemas estruturais, nem regenera o processo político. A revisão dá sentido prático às transformações que o País está vivendo e que a CPI tão bem expressou. Esta é uma oportunidade histórica que não pode ser desperdiçada". Esses dois pontos de vista estarão hoje, na reunião das lideranças, mais uma vez, em confronto.